

OLIVEIRA LIMA E A DIPLOMACIA BRASILEIRA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Paulo Roberto De Almeida

Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brazil. E-mail: pralmeida@mac.com

Recibido: 11 Marzo 2009 / Revisado: 17 Abril 2009 / Aceptado: 4 Mayo 2009 / Publicación Online: 15 Junio 2009

Resumen: Neste artigo trata-se a figura de Manuel de Oliveira Lima, como personagem finque na diplomacia brasileira de finais do século XIX e princípios do século XX. Sempre ocupou uma posição especial, devido a suas características particulares, principalmente sua intensa atividade como historiador e jornalista. Tais rasgos não impediram que seus valores tanto intelectuais como políticos ficassem escurecidos pela figura incontestable de Barão do Rio Branco. Estudam-se suas facetas como autor e formulador da política exterior brasileira, tanto virtudes como defeitos, nuns momentos de grande importância para o país em sua qualidade de época de transição nos âmbitos político, econômico e cultural.

Palabras Clave: Oliveira Lima, Brasil, diplomacia, relações internacionais, política exterior.

1. UM PERSONAGEM SUI GENERIS: O DOM QUIXOTE GORDO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Oliveira Lima, enquanto “personagem” da diplomacia brasileira do final do século XIX e do início do século XX, ocupa uma posição *sui generis* no interior desse corpo funcional quase “estamental” da burocracia governamental na passagem do Império e na consolidação da República. Tal se deve não apenas em função de suas características próprias, por certo únicas se considerarmos sua intensa atividade enquanto historiador e articulista da imprensa, mas também devido ao fato de que ele viveu em uma época incontestavelmente dominada pelo gigante diplomático que foi o Barão do Rio Branco, cuja sombra tende a obscurecer outros valores intelectuais (e também políticos) que

estavam a serviço do País na vertente diplomática.

Como diplomata brasileiro, Oliveira Lima era quase um “português”, no sentido em que ele tinha raízes, comportamentos e talvez até mesmo um “quadro mental” quase que “lusitano”, sem falar de algumas de suas *gaucheries* numa carreira séria e circunspecta. Como historiador brasileiro, ele foi, de fato, o único que também ocupou-se, com total domínio do assunto, da história política de Portugal pós-independência do Brasil. Enquanto funcionário de uma categoria normalmente disciplinada, ele se permitia fazer críticas ao serviço exterior brasileiro e aos seus próprios colegas (em privado), demonstrando, em vários aspectos, uma total independência de espírito e forte motivação para a inovação. Suas atividades de “escrevinhador” público (historiográfico e jornalístico) não se deixavam deter pelo que se denomina de “conveniência diplomática”, uma vez que ele se permitia abordar questões sensíveis (como as relações com os Estados Unidos) com a mesma liberdade mental de um simples acadêmico. Em suma, como o próprio Barão, ele também foi único e incontornável, mas talvez a história tenha sido ingrata com ele, vítima que foi de incompreensões de colegas e de vários *faux-pas* por ele mesmo provocados.

Com efeito, enquanto “ator” e “formulador” da diplomacia brasileira, ele aparece, *toutes proportions gardées*, como uma espécie de êmulo intelectual e diplomático do Barão do Rio Branco, não fosse pelo seu espírito provocador, suas imprudências e precipitações, sua “incontinência da pena”, justamente acusada por contemporâneos, sua vaidade (de certa forma legítima, em vista da importante obra realizada, desde muito jovem), seus repentes de

sinceridade *déroutante*, quando não chocante, seu caráter, por fim, de “diplomata dissidente”, dentre algumas das características multifacéticas desse Dom Quixote Gordo que foi Manuel de Oliveira Lima, no dizer de Gilberto Freyre¹.

Uma consulta, mesmo perfunctória, aos livros e papéis deixados por Oliveira Lima, hoje depositados na biblioteca que leva o seu nome, junto à Universidade Católica de Washington, revela um certo sentido de “incompletude” em uma vida que começou múltipla, quando não um notório sentimento de frustração em relação ao que ele poderia ter sido, tanto para a historiografia quanto para a diplomacia (não mencionando aqui o jornalismo, considerado aqui uma “arte menor”), mas cujas promessas não chegaram a se realizar por uma série de percalços ocorridos e auto-inflingidos, ou até inevitáveis nesse personagem de certa forma *gauche* na vida. De fato, transparece de sua vida uma sensação de trajetória interrompida, que perpassa e transcende as mais diferentes avaliações da vida e da obra do historiador pernambucano, de tão fugidia memória até um período ainda bem recente de nossa *République des lettres*².

2. BILDUNGSROMAN: A FORMAÇÃO DE OLIVEIRA LIMA E A SOMBRA DO BARÃO

Manuel de Oliveira Lima foi a vários títulos excepcional, mas à sua maneira, com uma atuação marcante na pesquisa e nos estudos históricos, na atividade jornalística e na vida acadêmica, de modo geral. Custa a crer, assim, que, depois da morte, ele tenha sido praticamente esquecido pela sua *République de lettres* e pelo mundo editorial brasileiro, até a “febre” de reedições dos últimos anos, muito bem vinda em termos de “redescobrimto” de suas qualidades quase excepcionais de “observador” (jornalista) e de “sintetizador” (historiador) das coisas brasileiras. Quanto às “cousas diplomáticas” (título de um dos seus muitos livros de crônicas diplomáticas e de análises jornalísticas), o julgamento da história e o da Casa de Rio Branco foram severos, materializados num quase esquecimento, em total contradição, no entanto, com o seu pioneirismo modernizador, como veremos.

A trajetória de Oliveira Lima foi ofuscada pela presença avassaladora do Barão, embora ele tenha nascido 22 anos depois de Juca Paranhos (1845) e falecido em 1928, sobrevivendo 16

anos ao desaparecimento do Barão (em 1912). Segundo Ricupero, “a trajetória do Barão, após um começo obscuro e vacilante, seguiu, sem contratempos nem recuos, uma linha ascendente límpida e invariável”³, ao passo que a de Oliveira Lima poderia ser descrita como uma ascensão fulgurante, ainda relativamente jovem, para mergulhar, na idade madura, numa série de contratempos, tropeços e equívocos que cercearam e de fato podaram uma hipotética carreira diplomática tão memorável e digna de encômios quanto foi, de fato, seu desempenho como historiador diplomático.

A diferença de quase uma geração entre ambos não impediu que os dois se manifestassem uma admiração mútua, a partir do final da penúltima década do século XIX, aproximação provavelmente facilitada por gostos comuns, quais sejam: um estilo de reflexão e de linguagem fortemente embasado no método histórico, a busca incessante de manuscritos, de velhos mapas, a frequência de alguns arquivos e também, claro, os contatos feitos por amigos comuns.

Essa amizade foi logo tisonada pelo assunto da eleição na Academia, depois agravada pelo *affair* da designação para Lima e irremediavelmente comprometida pelo comportamento do Dom Quixote Gordo desde então, em especial em função do seu provocador discurso de posse na Academia, em 1903, e das várias tomadas de posição públicas antes, durante e depois da realização da terceira conferência americana no Rio de Janeiro, em 1906.

Oliveira Lima tinha feito estudos universitários em Lisboa, em história, e foi numa mesma devoção à pesquisa histórica que se pode identificar um primeiro terreno de *entente* com Paranhos Júnior.

Oliveira Lima vinha de família modesta, filho de comerciante português retornado ao torrão natal, gozando de reduzida exposição pública, o que não o impediu de se distinguir como jornalista literário e político de orientação republicana. Ambos tinham no jornalismo um canal de expressão para peças históricas e Paranhos já era conhecido como fino analista de nossa história militar quando Lima se lançou como *self-made journalist* com o seu *Correio do Brasil* editado por meios próprios em Lisboa (e que trouxe, num de seus primeiros números, um trabalho sobre o Visconde de Rio Branco).

3. DIPLOMACIA E ACADEMIA: ESCREVER OU FAZER HISTÓRIA?

Proclamada a República, o que deixou vários monarquistas apreensivos (entre eles Nabuco e Paranhos), o “republicano” Oliveira Lima vem ao Rio decidido a ingressar na carreira diplomática (o que obtém com a nomeação a “adido de 1ª classe” à legação em Lisboa e com a promoção a “secretário de 2ª classe” menos de um mês depois, ainda antes de sua partida para o posto). Ele conhece nessa época Rui Barbosa e o vice-presidente Floriano Peixoto, que o recebeu “em chinelo” em sua residência de São Cristóvão. Oliveira Lima, como muitos outros membros da elite, ingressou na carreira diplomática “pela janela”, com a ajuda de “pistolões” de seu Pernambuco natal. No início dos anos 1890, precisamente, ele compõe seu primeiro livro de história, uma longa pesquisa sobre o desenvolvimento social de Pernambuco. Foi essa obra e uma análise da literatura colonial brasileira, dois volumes de mais de 300 páginas, publicados em Leipzig em 1894 e 1896, que sustentaram no ano seguinte sua ascensão à Academia, com apenas 29 anos mas apoiado em 11 votos, tornando-se fundador da cadeira 39 (escolheu Varnhagen para patrono)⁴.

As divergências com Rio Branco surgem apenas num segundo momento, em função de projetos distintos do ponto de vista da carreira, Rio Branco, *et pour cause*, passando a dar prioridade aos problemas práticos de diplomacia, Oliveira Lima pretendendo ainda ganhar uma “prebenda” para continuar sua obra acadêmica. Em alguma etapa desses conflitos, ele argumentou que pretendia fazer o que o próprio Paranhos tinha feito: usar as facilidades da vida diplomática, de preferência em algum posto europeu, para continuar pesquisando e escrevendo. As divergências também se manifestam, por fim, em concepções diversas do americanismo, mais pragmático para o barão, mais principista aos olhos de Oliveira Lima, o que constituirá motivo para o divórcio político definitivo.

No momento da formação da Academia Brasileira de Letras, Oliveira Lima já contava em seu currículo com o estudo de caráter histórico-sociológico sobre *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (1895), uma síntese dos *Aspectos da literatura colonial brasileira* (1896) e uma pequena brochura em defesa dos *Sept Ans de République au Brésil* (1896), ademais de suas colaborações ao *Jornal do Recife* (desde 1885), ao *Jornal do Brasil* (a

partir de 1891) e na *Revista Brasileira*, sendo, ainda, sócio correspondente do IHGB. Entre Berlim e Washington, de 1895 a 1896, num de seus longos “prazos de trânsito”, Oliveira Lima passa pelo Rio de Janeiro e aproxima-se de Machado de Assis, com quem inicia uma correspondência mantida até 1908, pouco tempo antes da morte do escritor⁵.

Oliveira Lima tinha um certo sentido do relacionamento político, da sociedade de corte, da política dos elogios e do conúbio acadêmico, o que explica que, com a ajuda de influentes amigos pernambucanos, tenha ingressado com grande sucesso na Academia (em 1897), antes mesmo de outros importantes personagens da *République des lettres*, como o próprio Rio Branco. A preterição de Rio Branco – ele se encontrava ausente há mais de dez anos do Brasil e só seria eleito em outubro de 1898, para a cadeira nº 34, na sucessão de João Manuel Pereira da Silva – pode ter pesado na conformação de uma certa animosidade psicológica, talvez incipiente no começo, mas reforçada por outros exemplos posteriores de competição indireta pelo prestígio nos cenáculos em que ambos se movimentavam.

O afastamento entre ambos pode ter sido agravada por uma outra obra de Oliveira Lima, seu primeiro trabalho de história diplomática do Brasil, *O reconhecimento do Império* (Paris-Rio de Janeiro: Garnier, 1901), na qual ele criticava a “compra” da independência por dois milhões de libras, segundo ele um “estigma de que a monarquia, justa ou injustamente, nunca pode livrar-se no Brasil e cuja recordação pairou sobre o trono até os seus últimos dias”⁶. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, “O Barão do Rio Branco não se conformava com essa crítica ao tratado com a Inglaterra”⁷.

4. O NOVIÇO REBELDE: OLIVEIRA LIMA RELUTA EM IR DO JAPÃO PARA O PERU

Vaidades acadêmicas e competições de prestígio à parte, o núcleo dos conflitos entre o experimentado Barão e o relativamente iniciante Oliveira Lima (pouco mais de uma década de serviço exterior) se situou mais bem no terreno da diplomacia prática. É muito provável que, se Rio Branco não tivesse ascendido às funções ministeriais e daí passasse a comandar a política internacional do Brasil, se ele tivesse continuado como um membro a mais da *République des lettres*, que contava com vários integrantes da

elite da diplomacia brasileira, tudo indica que ele e Oliveira Lima teriam permanecido os grandes amigos e colaboradores de pesquisas de arquivo como aparentemente o foram desde 1888 até o primeiro semestre de 1902, pelo menos. Depois disso, o desvio de objetivos se tornou explícito e as rotas diplomáticas de cada um já se encaminhavam para a colisão.

Desde abril desse ano, aparentemente não por sugestão do Barão, se cogitava do nome de Oliveira Lima para a Legação no Peru, o que deixou o então Encarregado de Negócios no Japão visivelmente preocupado. Tem início, então, um longo terçar de armas, de demandas a empistolados amigos (como o próprio Nabuco), de mensagens indiretas e recados mais ou menos diretos, enfim um balé diplomático que se prolongaria por praticamente dois anos. O ato de sua remoção para servir como Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Peru tem a data de 14 de novembro de 1902, ou seja, um dia antes de assumir o novo governo Rodrigues Alves⁸.

Em 17 de janeiro, em telegrama a Oliveira Lima, Rio Branco afirma que no interesse do Brasil convinha que viesse com a máxima urgência assumir seu cargo no Peru. O relutante diplomata parte do Japão apenas em 6 de março, embarcando no “Hamburg”, no porto de Kobe, no dia seguinte. Rio Branco pretendia usar do conhecimento e habilidade de Oliveira Lima na Legação em Lima, uma vez que o Peru representava um fator adicional de complicação na resolução da difícil questão do Acre, exigindo participação plena nas negociações com a Bolívia e depois querendo submeter a arbitragem o eventual resultado de um acordo tripartite. Oliveira Lima por sua vez, em carta a Nabuco datada de 20 de abril, ainda a bordo do “Hamburg”, não escondia que desejava uma missão em terras européias, se possível nos moldes da que tinha então o encarregado da defesa do Brasil na questão arbitral com a Grã-Bretanha em torno do território em disputa na Guiana. Em novo telegrama de 13 de maio despachado a Madri – onde acreditava que Oliveira Lima estivesse – Rio Branco transmitia sua insatisfação e sua impaciência com o que lhe pareceu legitimamente um excesso do subordinado: “São passados quatro meses [desde o telegrama a Tóquio de 17 de janeiro pedindo que Oliveira Lima viesse com urgência receber as instruções da questão Peru-Bolívia] e não sei ainda quando Vossa Excelência poderá estar no posto que lhe foi assinalado ou se poderá chegar

a tempo de intervir nas graves questões pendentes cuja negociação vai brevemente começar com a chegada dos enviados do Peru e Bolívia. Rogo-lhe portanto que me declare pelo telégrafo se o seu estado de saúde ou outras razões não lhe permitem acudir ao apelo do Governo, para que este possa providenciar com urgência expedindo já daqui outro Ministro e devo prevenir a Vossa Excelência que a não ser essa não terá o Governo tão cedo outra Legação em que possa utilizar seus serviços. Rio Branco”⁹.

O telegrama de Rio Branco provocou em Oliveira Lima, incapaz por temperamento de aceitar a disciplina e as contrariedades do serviço público, um impacto que ele jamais conseguiria superar. “Sem exagero, pode-se dizer que seus sentimentos alteraram-se a partir da interpelação de Rio Branco: um Oliveira Lima indignado, prevenido para com o Barão, um homem propenso às críticas ásperas, negativas, começou desde então a tomar o lugar do intelectual independente, mas otimista, cheio de naturais ambições e confiança nos superiores e colegas. Oliveira Lima julgou-se atingido no seu amor próprio, e o seu despreparo para receber ordens, de fazer parte de uma corporação em que os assuntos pessoais devem forçosamente ceder aos imperativos do serviço, exacerbou seus arroubos de independência, tornando-o desde então um homem de certo modo difícil”¹⁰. Em carta de 20 de maio a Nabuco, ele se exclamava: “Repare como é impertinente o final do telegrama do Chanceler!” e concluía: “O Rio Branco tem tido o talento e a fortuna de contentar toda a gente: para mim somente reserva suas iras. (...) Ele não será eterno e tem 22 ou 24 anos mais do que eu. É meu consolo”¹¹.

Quando Oliveira Lima finalmente se apresenta ao Barão do Rio Branco, no início de julho de 1903, tinham se passado quase seis meses depois do telegrama deste último solicitando o rápido deslocamento do primeiro para o novo posto e quatro meses desde o embarque de Oliveira Lima em Kobe. Nesse encontro no Itamaraty, tratou-se de tudo, como referido, menos do Peru, pois já então posto e diplomata não mais combinavam de acordo com os planos do Barão. Segundo os registros funcionais de Oliveira Lima, ele permaneceu “aguardando ordens”, de 7 de março de 1903 a 20 de novembro de 1904, provavelmente um recorde no gênero nos assentamentos administrativos do Itamaraty. No intervalo, mais exatamente em 11

de agosto de 1904, ele foi removido como Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Venezuela, permanecendo contudo afastado do posto por vários meses mais, uma vez que só assumiu em 12 de março de 1905, após um igualmente longo trânsito pela Europa. Tinham-se passado dois anos, portanto, desde sua partida relutante de Kobe e seu mais do que relutante trânsito pela Europa e no Brasil, à espera de algum posto europeu que lhe contentasse em seus propósitos de pesquisa.

5. EM MAL TRAÇADAS LINHAS: OLIVEIRA LIMA SACAS AS ARMAS NA ACADEMIA

O embate maior, no plano das vaidades literárias, se daria na posse de Oliveira Lima como membro da Academia Brasileira de Letras – seis anos depois de eleito –, cerimônia à qual Rio Branco ostensivamente não compareceu, pois que em meio à disputa em torno da remoção do então Ministro no Japão para a legação em Lima. Em bases estritamente acadêmicas, a escolha de um jovem de menos de trinta anos – mas autor de dois livros e muitos outros ensaios – contra valores mais “maduros”, fazia sentido: a produção “literária” de Assis Brasil limitava-se a alguns livros de doutrinação política e a uma modesta iniciação poética; o Barão do Rio Branco tinha muitos comentários de história militar, mas, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, “estava ainda limitado à cooperação para *La Grande Encyclopédie* e aos artigos das *Efemérides* divulgadas, aliás, sem maior destaque, na fase inicial do *Jornal do Brasil*”.

A cerimônia foi realizada no Gabinete Português de Leitura – a Academia era pobre e não tinha locais próprios – e a ela compareceram o Presidente da República (Rodrigues Alves), o ministro de Portugal, além de conselheiros, desembargadores, diplomatas e cônsules estrangeiros, mas não o chanceler brasileiro, talvez desgostoso com os artigos que Oliveira Lima vinha publicando na imprensa sobre as “cousas diplomáticas”, nas quais ele se permitia criticar um certo estilo e uma determinada orientação de fazer diplomacia, sem se importar em que, com isso, estivesse batendo de frente nas posições oficiais, nas velhas crenças e nos rituais tradicionais.

A leitura de elogio a seu patrono na Academia, Francisco Adolfo de Varnhagen, não constituiu simplesmente uma peça literária, ou de reflexão

sobre o trabalho histórico, como se deveria esperar, mas um acerto de contas dentro da diplomacia. Na homenagem ao patrono, Oliveira Lima aproveita para inserir suas críticas à carreira, à orientação dada ao relacionamento diplomático, ao próprio estilo de trabalho em vigor na Secretaria de Estado, no que foi interpretado, com razão, como uma censura ao próprio Rio Branco.

Ele começa por caracterizar Varnhagen como duplo “modelo”, de diplomata e de homem de letras, acrescentando logo em seguida: “e mais prezando esta qualidade do que aquela, (...) porque, ao passo que a literatura se torna cada vez mais árdua pela soma de conhecimentos que requer, a diplomacia torna-se cada vez mais fácil pela soma de predicados que dispensa”. A crítica à diplomacia se desdobra numa censura à centralização do poder, que Rio Branco supostamente encarnaria: “Não é maldizer a diplomacia lembrar que, mercê da maravilhosa facilidade de comunicações, do devassamento da vida política pelos jornais, da virtual cessação de todo sigilo de Estado, da colocação dos cargos públicos ao alcance de todos os cidadãos, não mais permanecendo privilégio de uma casta, (...) deixou de ser uma arte para tornar-se uma profissão. Os diplomatas dependem agora tão de perto e descansam tanto sobre o chefe da sua corporação, gozam assim de tão pouca iniciativa e autonomia, que já foram irreverentemente tratados de meros tocadores de certo instrumento antimusical...”¹²

Depois de discorrer sobre a obra de Varnhagen, ele toca no ponto que o interessava, aproveitando para dar duas alfinetadas em Rio Branco: “A carreira diplomática, da qual [Varnhagen] percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição de sua história do Brasil [publicada em Madri, em 1854-57], servindo-lhes aqueles de que não se aproveitou, para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespúcio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso consócio Sr. Barão do Rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do ministro austríaco no Rio de Janeiro... Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas,

mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas.” E aqui a alfinetada se fazia mais lancinante: “Mais vale em todo caso escrever história com autoridade do que ajudar a fazê-la sem capacidade”¹³. Bem relidas essas frases, trata-se em verdade de uma pequena alfinetada – o ato de guardar originais de Varnhagen – e de uma tremenda bordoadada – a alegação quanto a sair “fresco de negociações espinhosas” – dirigidas a um chanceler que tinha estado trabalhando nas difíceis negociações em torno da questão do Acre. Se insinuava ainda que esse trabalho não tinha a menor importância: melhor escrever história com conhecimento de causa do que praticá-la sem capacidade!

Abordando, mais adiante, a combinação do homem de letras com o diplomata, Oliveira Lima fazia a apologia das escapadas em arquivo: “Ninguém, penso, se queixará de que durante esse período [adido à Legação em Lisboa em 1842, depois na da Espanha em 1847, onde foi Encarregado de Negócios, de 1851 a 1858] Varnhagen ocupasse o seu tempo mais nos cartórios que na chancelaria, ou por outra, que combinasse e mesmo preferisse os estudos históricos à fofice diplomática, e os ensaios literários à ociosidade burocrática.”¹⁴ Tratava-se, obviamente, de um recado atualíssimo a quem de direito, uma proposta de remoção funcional *pro domo sua*, de preferência para alguns daqueles postos europeus nos quais já tinha servido seu patrono: Lisboa, Madri, Viena.

6. RIO BRANCO DÁ O TROCO: AS ARMAS DA CRÍTICA DIPLOMÁTICA

Os efeitos do discurso devem ter sido sentidos no gabinete do ministro, pois que João Ribeiro, historiador ligado a Rio Branco, tomou a si o encargo de responder a Oliveira Lima nas páginas do *Correio da Manhã* (19 de agosto de 1903). Depois de aprovar, rapidamente, o elogio de Oliveira Lima a Varnhagen – “vale por uma biografia, a que pouco faltará para ser completa” – João Ribeiro fazia a defesa do chanceler: “A história, na Academia, só tem hoje 2 cultores: Rio Branco, que aliás estaria dispensado de escrever, porque mais do que a escreveu, fê-la viva, aumentando o nosso império para além das fronteiras, com aquela energia, saber e aquela capacidade de trabalho que nele é única; Joaquim Nabuco, que é o mais eloquente brasileiro, e bem poderia ser o nosso Macaulay, o Michelet, ou o Thierry nosso...”. Num tom concessivo, acrescentava João Ribeiro logo em

seguida: “A estes agora vem juntar-se o Oliveira Lima, com seus dotes próprios de investigador consciencioso e diligente, sem grandes méritos literários e artísticos, é verdade, mas com grande solidez, fundamento e segurança de crítica”, fazendo então a comparação com o próprio Varnhagen, “que também carecia de primores de forma”¹⁵.

Ao desafio de João Ribeiro, Oliveira Lima pretendeu responder com o seu *D. João VI no Brasil*, tarefa que lhe foi indiretamente facilitada pelo próprio Rio Branco, que já não o mandava mais ao Peru, mas tampouco redigia as instruções para sua partida para a Venezuela, seu próximo posto designado. Ele aproveitou os tempos de relativa inatividade no Rio de Janeiro para avançar em suas pesquisas sobre o período joanino, deixando as ante-salas da Secretaria de Estado para instalar-se na sala de leitura da Biblioteca Nacional.

7. OLIVEIRA PENSA A DIPLOMACIA: REFORMANDO A CARREIRA E A POLÍTICA DO SERVIÇO EXTERIOR

Oliveira Lima não ficou inativo nesse período, pois que retomou sua atividade jornalística, que poderia ser caracterizada como de “livre-atorador”. Aceitou convite para “escrever no *Correio da Manhã* um série de artigos sobre a reformulação da carreira diplomática, tema então muito em voga nos círculos federais, pois naqueles dias corria que estava nos cálculos do Barão proceder uma reorganização no Itamaraty”¹⁶. Em seus artigos, intitulados “Reforma Diplomática”, Oliveira Lima começava por afirmar que “as idéias do sr. barão do Rio Branco sobre o assunto não se tornaram até agora conhecidas, o que aliás me permite a apresentação destas ligeiras considerações [certamente um eufemismo, pois que suas considerações eram profundas, detalhadas e tudo, menos discretas] sobre a matéria, sem que tomem elas ares de crítica e constituam ato de indisciplina”¹⁷.

Depois de lembrar que a República já tinha feito duas reformas, em 1890 por Quintino Bocaiuva, e em 1895, por Carlos de Carvalho – “uma e outra tratando muito mais de classificação de legações e tabelas de vencimentos do que propriamente de serviços” –, Oliveira Lima vai direto ao assunto, em proposta relativamente revolucionária para a época (e certamente para os padrões ainda afetados de uma classe diplomática talvez saudosa dos tempos

aristocráticos do Império): a unificação das carreiras do serviços exterior.

“A carreira diplomática”, escrevia ele, “encontra-se... minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e que é mister livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias. Aos seus lados vegetam duas desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria [de Estado], a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna. (...) Enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora de ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha”¹⁸.

Ele descrevia o diplomata ideal, ao seu ver: “O diplomata ideal dos nossos dias... é o que souber redigir uma nota num francês sem asneiras, formular uma informação, concisa e luminosa, à consulta urgente de um ministro de Estado e explorar o mercado mais promissor e mais vantajoso para os nossos gêneros de exportação. Não se aprendem porém, línguas estrangeiras com a simples leitura de passaportes, nem se disseminam borracha, açúcar, algodão e café, enfiando meias de seda para ir a concertos de Buckingham Palace ou envergando uma casaca irrepreensível nos *cotillons* de New-port”, completando sua opinião ao afirmar que, assim como o cônsul carecia de “mover-se na alta sociedade”, também o diplomata deveria “aprender o caminho das bolsas de comércio”¹⁹.

Ao pronunciar-se pela orientação econômica na diplomacia, ele não deixava de fazer uma crítica a Rio Branco, que então empenhava-se em resolver o problema do Acre: “Um país como o Brasil, que não deve ter ambições territoriais, porque o território que abrange é enorme para a sua população e para as perspectivas próximas da sua imigração, nem pode aspirar a representar agora um grande papel no cenário do mundo, porque para isto lhe escasseiam por enquanto riqueza, força e outras condições, tendo pois que se contentar com defender a sua linha de fronteiras das agressões dos vizinhos e com sustentar a dignidade da sua posição no continente e perante o estrangeiro, não precisa tanto de uma diplomacia política como de uma diplomacia econômica”²⁰. Ele concluía seu segundo artigo sobre a “reforma diplomática” com um conselho aos dirigentes: “O dever primordial dos nosso governantes é tratar de

colocar e tornar assim remuneradora a produção nacional, pois que sem fortuna não há vigor e sem vigor não se pode infundir respeito”²¹.

Ao abordar, no terceiro artigo da série, a estrutura da carreira, Oliveira Lima tece considerações que só poderiam chocar seu antigo colega de pesquisas históricas e atual chefe hierárquico: “Os consulados eram [no Império] cargos, não de trabalho, mas de repouso. Distribuíam-se por homens políticos ou de letras [estava ele pensando no jovem Paranhos, deputado e professor?], doentes, cansados, ou simplesmente ansiosos por viverem noutros meios. [Certamente o caso de Paranhos, que no entanto não é citado na continuidade do artigo:] Porto Alegre, Felix Peixoto de Brito, Paes de Andrade foram assim galardoados. Pertencendo, como pertenciam, o total dos emolumentos aos titulares dos postos, alguns consulados, os de Liverpool e Lisboa, por exemplo, constituíam pingues prebendas.” E após discorrer sobre os membros da carreira diplomática, ele completava o raciocínio: “O nosso cônsul, por seu lado, era um funcionário cuja atividade se cifrava em rubricar manifestos [de embarque] e repatriar brasileiros desvalidos, afora pilotar pelos museus e lojas os compatriotas amigos e conhecidos que o procuravam. Os nossos artigos davam muito dinheiro: o café era uma riqueza, o açúcar vendia-se a altos preços, o algodão, a borracha, o fumo tudo rendia”²².

Não obstante essas afirmações muito pouco “diplomáticas”, considerando-se sua própria situação, Oliveira Lima formulava em seu artigo recomendações absolutamente indispensáveis do ponto de vista do aperfeiçoamento do serviço exterior: “A função dos nossos diplomatas e cônsules, com o ser prática, passou a essencial, competindo-lhes esforçarem-se para remover embaraços aduaneiros, alcançar reduções de taxas de importação e ao mesmo tempo abrir novos mercados e granjear nos antigos mais larga aceitação, para isto proclamando a procedência e fazendo valer a superioridade do gênero”. Concluía assim Oliveira Lima a sua série: “Nem devem envergonhar-se os diplomatas por descerem de cortesãos a caixeiros viajantes dos seus países, quando os monarcas mesmo não repugnam tratar de igual para igual com os ditadores de *trusts*. Queiram ou não, a época é do mercantilismo. A sobranceria diplomática não pode mais franzir o sobrececho se lhe enfiar o braço a bonomia

consular. As duas têm de ajudarem-se para empurrar o carroção do comércio pátrio”²³.

Revisando os artigos, ao compilá-los no livro, Oliveira Lima constatava que “não se deu propriamente reforma diplomática nos últimos anos; apenas foram votadas nas duas casas do Congresso algumas disposições sem seguimento ou ligação...”, ademais da elevação dos vencimentos dos salários dos secretários, quase equiparando-os aos ministros residentes²⁴. A fusão das três carreiras não tinha ocorrido como ele pretendia, mas em compensação “O gabinete mesmo do ministro tem servido de campo de transição ou pelo menos de evolução: o snr. Domicio da Gama aí entrou segundo secretário para sair ministro plenipotenciário” e “Até as ‘machinas de escrever’ fizeram a sua aparição na velha Secretaria renovada... O que resta é cuidar do problema econômico, o nosso problema vital, a solução do qual cabe em boa parte à diplomacia, transformando-se o mais possível as relações exteriores em relações comerciais”²⁵.

8. UM DIPLOMATA FORA DO LUGAR: A CONSTRUÇÃO DO QUIXOTE DISSIDENTE

Se com os artigos, Oliveira Lima pretendia reverter sua situação de “desajuste” na carreira, seu jeito inabilidoso conseguiu tão somente agravar o seu caso, transformando-o num dos pólos da oposição a Rio Branco. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, aos artigos, “Não haveria como tomá-los como de oposição a Rio Branco, mas tão-somente como demonstração da liberdade de pensamento de um homem, que desejava que a sua experiência pessoal pudesse servir ao seu país. Mas, davam realmente um grande pasto à intriga e aos maldizentes, explorando, decerto, o autoritarismo do Barão do Rio Branco, que não poderia gostar que um de seus subordinados tivesse tal atrevimento, num assunto em que a ele, e só a ele, deveriam caber as iniciativas e as propostas de reforma”²⁶.

Durante um certo momento, após esse terçar de armas indireto, Oliveira Lima ainda acreditou que pudesse, ou tivesse de, ir para Lima, mas tal não era mais a intenção de Rio Branco. “A Legação no Peru atribuiria maior significação à ação do nosso diplomata. O castigo não estaria em mandá-lo para o Peru, mas exatamente em desistir de uma designação, que envolvia uma demonstração maior de confiança. Era, sem dúvida, no início da questão do Acre, um posto

de relevo. E o pior de tudo é que se estabeleceu entre o Barão do Rio Branco e Oliveira Lima uma situação de mal-estar e de prevenção, que nunca mais se desfaria”²⁷. Ele ficou, portanto, largos meses à espera de instruções para o Peru, aproveitando ao menos essas “férias forçadas” para avançar nas pesquisas para o seu livro sobre D. João VI. Em cartas aos amigos e em conversas com confrades acadêmicos, membros do Congresso ou colegas de jornalismo ele continuava a queixar-se do Barão, esperando que a situação pudesse mudar a seu favor em alguma nova conjuntura política²⁸.

Não bastassem esses artigos, por meio de conferências e palestras, Oliveira Lima continuou a desferir pequenos dardos contra seu chefe e antigo companheiro de pesquisas históricas. Como escreveu ainda Barbosa Lima Sobrinho, “não haveria mais o que evitar, nem de um lado, nem do outro. O Barão do Rio Branco não era dos que usam de sua autoridade para sanar agravos de dependentes ou de subordinados. Nem Oliveira Lima se intimidaria diante de quem quer que fosse. O desentendimento e os agravos aumentariam daí por diante, também para os dois lados. Uma situação de guerra-fria, como se diria hoje. Até que a morte os separasse”²⁹. Nem tudo o que ele dizia, por certo, se destinava a atingir seu chefe, mas ele insistia em certos traços da atividade diplomática que sabia não condizerem com a política do momento. Falando por exemplo no Instituto Arqueológico do Recife, em dezembro de 1904, ele voltava a insistir no caráter sobretudo econômico da diplomacia, acrescentando figurar como obra grandiosa o “incorporar definitivamente no todo nacional, à força de argumentos históricos e geográficos, extensos trechos de território, grandes províncias, secularmente objetos de litígio, como entre nós foram” – citando então expressamente – “as questões das Missões e do Amapá”, mas excluindo, talvez também voluntariamente, a questão do Acre³⁰.

Ele não se exime tampouco, nessa conferência, de criticar colegas seus e reafirmar com forte ênfase e ironia, sua concepção da diplomacia: “Funcionários diplomáticos há – para que negá-lo, se todos o sabem e eles mesmos o não escondem – sinceramente convencidos de que ir a um baile de corte num belo fardão dourado, exhibir-se numa representação de gala, cortejar damas num sarau com espírito de sal ático ou de sal comum, dançar primorosamente o minúete ou o *pas de quatre*, são as suas maiores

obrigações, que, cumpridas, elas, está bem ganho o seu ordenado e bem servido o seu governo. Insinuar a um desses bem-aventurados que existem, a par e passo com essas ocupações amáveis, preocupações de outra espécie, aventar que um governo melhor se pode muitas vezes servir em diligências mercantis do que em reuniões mundanas, seria dizer-lhe coisas absurdas. Arregalaria os olhos e encolheria os ombros de desprezo”³¹.

Como a confirmar a opinião de que Oliveira Lima arriscava-se a perder amigos, mas não perdia a ocasião de fazer um *bon mot* – o que freqüentemente significava disparar uma farpa contra alguém ³² –, ele ainda agregava nessa conferência: “Em todo caso, as facilidades de vida que restam ao diplomata são numerosas e a sua sorte nada tem de lamentável. Jantares muitos, distrações as melhores ou mais procuradas, trabalho moderado, estipêndio razoável, consideração a que individualmente merecem. Da classe alguns gozam de prestígio, uns poucos impõem-se, muitos passam despercebidos, vários são insuportáveis”³³.

9. RELAÇÕES COM O IMPÉRIO: NOVOS PONTOS DE CONTENÇÃO

Outras desavenças diplomáticas entre os dois homens surgiram a partir daí, não tanto pelo fato de Oliveira Lima passar a mandar artigos de seu novo posto na Venezuela ao jornal *O Estado de São Paulo*, mas a propósito do teor desses artigos, alguns tocando nos conflitos entre Washington e Caracas e muitos outros voltados para as questões mais gerais das relações interamericanas.

As dificuldades no relacionamento com o chefe – Oliveira Lima contava que Rio Branco se afastaria depois do primeiro quadriênio – não ajudaram no desempenho de sua missão em Caracas. O ministro se queixava de que a Secretaria o deixava sem instruções para tratar de um acordo de limites, o que não o impediu de engajar conversações a esse respeito. Tendo obtido um acordo *malgré tout*, Dona Flora Oliveira Lima não deixou de escrever a uma parente, numa alusão aos “prêmios” ao Barão pelos casos de arbitramento e ao preço pago pela “compra” do Acre, que a negociação conduzida por seu marido “foi a única que não custou rios de dinheiro ao tesouro, e isto já não é pouco. Não custou um ceutil mais do que os 16 contos de ordenado mínimo de Enviado Extraordinário”³⁴.

O principal ponto de contenção entre Rio Branco e Oliveira Lima, assim como, a partir desse momento, entre este e Joaquim Nabuco, seria representando pela atitude a adotar em relação à política dos Estados Unidos para a América Latina e que tipo de orientação caberia imprimir à política externa na sua relação com o gigante do Norte.

A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes, opera uma política de aproximação com os EUA. O reconhecimento da nova “República” do Panamá, no início de 1904, se deu de modo mais ou menos rápido, o que não deixou de suscitar a desaprovação de Oliveira Lima. Nesse ano, Rio Branco obtém que o Congresso aprovasse um decreto presidencial concedendo redução de 20% sobre os direitos de importação para alguns artigos de interesse dos EUA. Rio Branco também se preocupava em desarmar iniciativas dos vizinhos hispânicos eventualmente motivadas por sentimentos antiamericanos.

Compreendendo que o eixo da política mundial passava a se deslocar cada vez mais para este lado do Atlântico, Rio Branco tratou de intensificar as relações do Brasil com os EUA, mediante, entre outras ações, a elevação da legação brasileira à categoria de embaixada. Na ocasião, Oliveira Lima tenta dissuadir Joaquim Nabuco de aceitar o honroso encargo que pretendia lhe atribuir Rio Branco. Nabuco, como se sabe, abraçou a causa americana com um entusiasmo fora do comum, ao passo que Rio Branco, ligado à Europa por uma longa identidade cultural, era mais comedido, ainda que em escritos públicos – ou anônimos, como foi o caso do artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo” (publicado sob pseudônimo no *Jornal do Commercio*, muito embora o *nom de plume* J. Penn se tornasse logo conhecido) – demonstrasse grande simpatia pelo estreitamento das relações entre os dois grandes países do norte e do sul do hemisfério.

Oliveira Lima, afastado da delegação brasileira à terceira conferência americana, a realizar-se no Rio de Janeiro em meados de 1906, torna-se amargo em relação à pessoa de Rio Branco – ainda que aprovando sua política americana – e chega a se desentender com Nabuco, devido a essas diferenças de opiniões sobre as relações bilaterais e sobre o papel dos Estados Unidos na América Latina. Aceitando o monroísmo apenas

enquanto ele fosse respeitoso das soberanias americanas e visceralmente desconfiado da política de Roosevelt, Oliveira Lima não deixava de externar suas opiniões nos artigos para *O Estado de São Paulo*. Às divergências funcionais com o Barão agregam-se, portanto, novos conflitos político-diplomáticos entre ambos, como demonstrado por muito desses artigos expedidos de Caracas pelo “diplomata-jornalista”.

O livro *Pan-Americanismo* condensa a maior parte desses escritos (de 1903 a 1907) sobre sua interpretação da doutrina Monroe, sua visão realista das relações assimétricas entre as duas partes das Américas, sua desconfiança visceral da política dos Estados Unidos em direção do resto do continente³⁵. Como escreveu Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Lima “combate Teodoro Roosevelt e a famosa doutrina do *big-stick*, ao ponto de ser considerado, no Brasil, inimigo de Roosevelt e de averbarem de inconvenientes os seus artigos de *O Estado de São Paulo*, pela voz do então Senador Francisco Glicério, com algum aquiescência do próprio Presidente Rodrigues Alves. É nessa oportunidade que ele esposa a Doutrina Drago [se estava então no contexto da segunda conferência da Haia, quando o Brasil diverge dos EUA em mais de um ponto, mas sem chegar Rio Branco a apoiar totalmente o jurista argentino], cuja importância sentira na Venezuela e sabia como podia ser significativa na defesa da soberania de nações financeiramente dependentes”³⁶.

É também o momento de seu afastamento de Nabuco, a quem passa a acusar de “exagerar o seu americanismo”. Para este, com efeito, “a doutrina de Monroe... significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a luta da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta”³⁷. Oliveira Lima tirava uma certa satisfação do fato de que suas posições em relação ao monroísmo e ao pan-americanismo tinham mais acolhimento junto ao Barão do que o “adesismo” de Nabuco e de que suas idéias sustentavam, de certa forma, a própria postura do chefe do Itamaraty em prol de um relacionamento mais equitativo com os Estados Unidos, se tal fosse possível.

Com efeito, nessa conjuntura, Oliveira Lima passa a aprovar a política do Barão e a condenar a atitude de Nabuco, como revela em carta de Karlsbad, publicada no *Jornal do Recife* em 26 de agosto de 1906 (durante a conferência do Rio

de Janeiro, portanto): “O que... não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições européias de interesses comerciais e econômicos e de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica. (...) Para o Sr. Barão do Rio Branco (tenho razões para supô-lo...), a amizade americana não deve significar a subalternação brasileira, isto é, a abdicação da nossa personalidade internacional mediante a supressão, em homenagem aos Estados Unidos, dos nossos juízos e preferências. Não desejo eu próprio coisa diversa e o que tenho escrito sobre o pan-americanismo somente pode ser levando à conta do receio de que alguns consigam arrastar demasiado longe, por fantasias oratórias e diplomacia imaginativa, uma *entente* que tem base sólida e prática sobre que assentar, mas que é em extremo desigual para lograr ser absoluta em todas as suas faces”³⁸.

Posição de sensível realismo, portanto, não apenas sobre o americanismo então reinante no Brasil, mas que também revelava o tino diplomático e a independência de Oliveira Lima, mesmo quando isso lhe custasse uma velha amizade como a de Nabuco. Como evidenciado por Barbosa Lima Sobrinho, “nunca Oliveira Lima renunciou a reivindicar para o Brasil o direito de ter uma orientação própria na defesa dos seus interesses... Depois de sua passagem pela Legação da Venezuela, Oliveira Lima alcançara uma visão continental dos problemas comuns às duas Américas, o que vale dizer uma visão das três Américas, com o que pudesse haver nelas de característico e de essencial”³⁹.

10. UM DIPLOMATA FORA DE ÉPOCA?: OLIVEIRA LIMA AVALIA POSITIVAMENTE A MONARQUIA

A partir daí e até a morte do Barão, Oliveira Lima e Rio Branco mantiveram um relacionamento distante, feito de frieza e de aparente respeito mútuo, mas sem as erupções vulcânicas dos anos 1903 a 1906, o primeiro esperando que o segundo se afastasse da direção do Itamaraty, na próxima mudança de governo, o segundo esperando que o primeiro incomodasse o menos possível com artigos na imprensa a partir do momento em que obteve sua tão pretendida “sinecura” européia.

O posto de primeira linha nunca surgiu em vida do Barão, tendo Oliveira Lima assistido à consagração do jovem – talvez oportunista aos seus olhos – Domício da Gama, primeiro enviado a Buenos Aires, depois embaixador em Washington, na sucessão do falecido Nabuco. Mas o Barão lhe concedeu, em junho de 1906, uma licença para tratamento de saúde com vencimentos em ouro, até que abrisse alguma vaga na Europa, o que só veio a ocorrer quase um ano e meio depois.

De fato, Oliveira Lima, feito ministro em Bruxelas, com acreditação também para a Suécia, voltou-se bem mais, nessa fase, para as pesquisas, os livros e para as palestras sobre a história e a cultura do Brasil, publicando o seu monumental *D. João VI no Brasil*, representando oficialmente o Brasil em eventos científicos – como o congresso de americanistas – e passando a visitar universidades européias e até mesmo americanas. Ele continuava ativo na correspondência com seus colegas da *République des lettres* – mesmo se depois ele veio a brigar com os acadêmicos por uma simples questão de *jetons* pagos pela assistência às reuniões –, cultivava seus companheiros de jornalismo e sobretudo outras personalidades da República dos bacharéis, como o próprio Rui Barbosa, a quem apoia nas tumultuadas eleições de 1910 contra Hermes da Fonseca.

Reagindo a uma intriga suplementar na imprensa, que tentava colocá-lo contra Rio Branco (talvez proveniente do próprio *entourage* do Barão), respondia Oliveira Lima a um jornalista, em setembro de 1910, com sutis alusões ao próprio chefe: “Costumo escrever desassombadamente sobre assuntos de política nacional e internacional abstraindo quanto possível de personalidades, porque a qualidade de diplomata não deve apagar o discernimento nem reduzir o cidadão a um eunuco da inteligência, quando a possui. Até agora o não estranhou o Ministério de que sou funcionário e cujo critério é o único que reconheço. Não seria natural que procedesse diversamente o preclaro Sr. Barão do Rio Branco, que nos deu o exemplo de independência, protestando oficialmente, quando enviado extraordinário em Washington, contra a ordem de emprego da fórmula ‘saúde e fraternidade’, como sendo expressiva de uma crença sectária. (...) De nenhuma demonstração me orgulho tanto como do voto com que na Academia Brasileira corroborou o ilustre Sr. Barão do Rio Branco a moção de louvor proposta... pela minha propaganda do Brasil intelectual na Europa”⁴⁰.

Esse tipo de intriga conduzida por jornalistas a serviço de uma ou outra corrente não era certamente inédita nos anais do Itamaraty e sobreviveu mesmo ao afastamento físico da Secretaria de Estado do seu ambiente natural junto da *République des lettres*. Oliveira Lima sempre esperou que, uma vez afastado o Barão do Itamaraty, sua situação voltasse ao patamar de alta consideração que ele se julgava no direito de receber em virtude de seus muitos serviços à diplomacia e sobretudo à cultura brasileira. O problema é que a tão esperada substituição de chanceler não ocorria, tendo Rio Branco sido ministro de quatro presidentes sucessivos, até literalmente se consumir no trabalho, no início de 1912.

Empossado um novo ministro das relações exteriores, na pessoa do Lauro Müller, e após reivindicar sua aposentadoria por motivo de saúde (aos 45 anos), Oliveira Lima solicita, poucos meses depois, uma licença para ir dar uma série de conferências nos Estados Unidos. Nesse período, cogitou-se de mandá-lo chefiar a Legação em Londres, o que foi obstado por uma inoportuna declaração sua a respeito dos regimes monárquicos, numa perspectiva comparada com o sistema republicano, suscitando cerrada oposição por parte do todopoderoso “caudilho” Pinheiro Machado, no Senado. Ele praticamente já não mais voltaria à carreira diplomática, a não ser para se aposentar e continuar sua vida de nômade até o estabelecimento definitivo nos Estados Unidos, onde ficaram todos os seus livros e onde seu corpo repousa sob uma lápide simples, com uma inscrição anônima: “Aqui jaz um amigo dos livros”.

NOTAS

¹ “Vaidoso, ranzinza, teimoso, ao ponto de cabeçudo”, disse dele Gilberto Freyre, acrescentando porém: “Foi homem de personalidade inconfundível: corajoso nas idéias, bravo nas atitudes, insuperável na independência do seu pensar e do seu sentir. Quixotesco a seu modo.” Cf. Gilberto Freyre, *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970, 22.

² O trabalho mais conhecido sobre a vida do Dom Quixote gordo é, obviamente, a obra até aqui solitária de Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976, 3 vols., uma vez que a biografia do próprio, *Memórias, estas minhas reminiscências*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, prefácio de Gilberto Freyre, é parcial e

- incompleta. Ver também, para uma avaliação mais serena da obra, bem como para uma compilação de seus mais importantes escritos, Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho, que assina uma excelente introdução sobre “Sua Vida e Sua Obra”. Para uma avaliação mais moderna, isenta e crítica, de sua obra e sobre seu papel central na interação entre história e diplomacia, é indispensável citar os trabalhos da professora Teresa Malatian, sobretudo seu livro *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-São Paulo, EDUSC-FAPESP, 2001.
- ³ Cf. Rubens Ricupero, “Um personagem da República”, in João Hermes Pereira de Araújo (org.), *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília, Funag, 1995, 27.
- ⁴ Nessa mesma votação, Paranhos só logrou obter 7 votos, ficando sua entrada postergada a ocasião ulterior, o que ocorreu apenas na sucessão de João Manoel Pereira da Silva, em 1898.
- ⁵ Cf. Teresa Malatian, “Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima”. *Estudos Histórico*, XIII-24 (1999), 377-392. Oliveira Lima, nessa época, esteve em gozo de licença desde abril de 1895 a fevereiro de 1896, quando assumiu seu novo posto nos Estados Unidos.
- ⁶ Citado por Barbosa Lima Sobrinho, in Oliveira Lima, *Obra Seleta*, 42, a partir do livro sobre o *Reconhecimento do Império*, 255.
- ⁷ Cf. Lima Sobrinho, *Obra Seleta*, 43.
- ⁸ Removido para Lima em 14 de novembro de 1902, Oliveira Lima só viria a assumir seu novo posto em Caracas em 12 de março de 1905, passando todo o tempo de sua remoção para o Peru no Rio de Janeiro.
- ⁹ A partir de minuta existente no Arquivo Rio Branco, AHD, citado por Gouvêa, 530.
- ¹⁰ Cf. Gouvêa, 531.
- ¹¹ Carta datada de Madri, 20.5.1903, Arquivo Joaquim Nabuco, in Gouvêa, 2, p. 533. Em resposta, Nabuco se mostrava conciliador e compreensivo com as preocupações de Rio Branco com a “diplomacia ativa e imediata”, não vendo a descortesia que o outro apontava: “há outro modo de ler o telegrama. O seu não me parece correto”; id., 535.
- ¹² Cf. Oliveira Lima, “Elogio a Varnhagen”, in *Obra Seleta* (Barbosa Lima Sobrinho), 531-32.
- ¹³ Cf. Barbosa Lima Sobrinho..., op. cit., 534-35.
- ¹⁴ Id., 545.
- ¹⁵ Citado por Gouvêa, 2, 555-56.
- ¹⁶ Cf. Gouvêa, *Oliveira Lima: uma biografia...*, op. cit., 2, 561.
- ¹⁷ Cf. Oliveira Lima, artigo “Reforma Diplomática, I”, datado de 25 agosto de 1903, *Correio da Manhã*, republicado in *Cousas Diplomáticas* (Lisboa: A Editora, 1908), 9-16, 10.
- ¹⁸ Id.
- ¹⁹ Cf. *Cousas Diplomáticas*, 14-15.
- ²⁰ Id., 21.
- ²¹ Id., 24. Joaquim Nabuco, após ler este segundo artigo, escrevia a sua esposa que era “um manifesto contra a política de Rio Branco e em muitos pontos deve ter desagradado a este, que não esquecerá”; cf. Luís Viana, *A Vida do Barão do Rio Branco*, p. citado por Barbosa Lima Sobrinho, 98.
- ²² Cf. Oliveira Lima, artigo de 1º de setembro de 1903, in *Cousas Diplomáticas...*, op. cit., 30.
- ²³ Id., 31-32.
- ²⁴ Id., 32.
- ²⁵ Id., 33-35.
- ²⁶ Cf. Barbosa Lima Sobrinho..., op. cit., 98-99.
- ²⁷ Id., 99.
- ²⁸ Em meados de 1904, o Barão cogitou de mandá-lo de volta ao Japão, o que Oliveira Lima recusou; cf. Gouvêa, 2, 603.
- ²⁹ Id.
- ³⁰ Cf. Oliveira Lima, *Vida Diplomática* (Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1904), 7, texto reproduzido em *Cousas Diplomáticas...*, op. cit., 39-68, 41.
- ³¹ Id., 45.
- ³² A avaliação encontra-se expressa em trabalho de Carlos Guilherme Mota, para quem Oliveira Lima “era do tipo que perdia um amigo mas não perdia a oportunidade para dar vazão a seus julgamentos por vezes rudes, porém quase sempre certos”, o que certamente se aplica ao caso de Joaquim Nabuco. Ver “Oliveira Lima e a nossa formação” in Alberto da Costa e Silva (org.), *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília, Instituto Rio Branco, 2001, 180-195, cf. 183.
- ³³ Id., 57-58.
- ³⁴ Carta de Flora Oliveira Lima a Maria Ana Soares Brandão, datada de Caracas, 29 de novembro de 1905, in *Obra Seleta*, pp. 674-75. Concluída essa missão em Caracas, o Barão do Rio Branco ofereceu a Oliveira Lima a Legação no México, com acreditação também em Cuba, na América Central e no Panamá, o que volta a desagradar este último.
- ³⁵ Cf. *Pan-Americanismo: Monroe-Bolívar-Roosevelt*. Rio de Janeiro-Paris, Garnier, 1907.
- ³⁶ Cf. *Obra Seleta*, 113.
- ³⁷ De acordo com a biografia de Nabuco por sua irmã, Carolina, citada por Álvaro Lins, *Rio Branco...*, op. cit., 323.
- ³⁸ Citado por Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., 115.
- ³⁹ Id., 116.
- ⁴⁰ Cf. Gouvêa, op. cit., 883-84.